

Alerta Legislação, nº 48, de 29 nov. a 04 dez. 2010

Boletim semanal produzido pela Biblioteca da Casa Civil

DESTAQUES DA SEMANA

Governo Federal

■ **DECRETO Nº 7.378/2010**

Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - Macro-ZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.

■ **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 514, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010**

Altera a [Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009](#), que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as [Leis nos 10.188, de 12 de fevereiro de 2001](#), [6.015, de 31 de dezembro de 1973](#), [6.766, de 19 de dezembro de 1979](#), e [4.591, de 16 de dezembro de 1964](#), e dá outras providências.

	LEGISLAÇÃO FEDERAL
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
03/12/10	<p><u>LEI Nº 12.343, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010</u> Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.382, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010</u> Regulamenta os Capítulos I a VI e VIII da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.381, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010</u> Regulamenta a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências</p>
02/12/10	<p><u>LEI Nº 12.342, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010</u> Altera a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, no tocante ao subsídio dos Policiais Rodoviários Federais.</p> <p><u>LEI Nº 12.341, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010</u> Define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nos 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.380, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010</u> Dá nova redação ao art. 33 do Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998, que regulamenta a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.379, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010</u> Dá nova redação e acresce dispositivos ao Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.</p>

	<p><u>DECRETO Nº 7.378, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010</u> Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - Macro-ZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.377, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010</u> Promulga o Acordo-Quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, protocolizado ao amparo do Tratado de Montevideu de 1980 como Acordo de Alcance Parcial de Promoção do Comércio nº 19 (AAP.PC nº 19), celebrado em Montevideu, em 9 de dezembro de 2005, entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai, a República Oriental do Uruguai, a República da Colômbia, a República do Chile, a República do Equador e a República Bolivariana da Venezuela.</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 514, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010</u> Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nos 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e dá outras providências.</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 49, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 509, de 13 de outubro de 2010, que "Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 1º de dezembro de 2010 Senador JOSÉ SARNEY Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p>30/11/10</p>	<p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 508, de 8 de outubro de 2010, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 968.185.382,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 29 de novembro de 2010 Senador JOSÉ SARNEY Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>DECRETO Nº 7.375, DE 29.11.2010</u> Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2011 das empresas estatais federais, e dá outras providências.</p>
<p>29/11/10</p>	<p><u>DECRETO Nº 7.374, DE 26.11.2010</u> Cria o Comissariado Brasileiro para coordenar a participação do Brasil no Festival Internacional Europa 2011.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.373, DE 26.11.2010</u> Cria o Conselho Gestor do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte - PDSRT do Meio Norte.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.372, DE 26.11.2010</u> Dá nova redação ao art. 47 do Decreto no 93.872, de 23 de dezembro de</p>

	<p>1986, para autorizar o uso de suprimentos de fundos em peculiaridades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.371, DE 26.11.2010</u> Delega competência ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização da discriminação administrativa de que trata o art. 2o, inciso I, da Lei no 5.972, de 11 de dezembro de 1973.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.369, DE 26.11.2010</u> Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Banco Central do Brasil (Bacen)	<p><u>RESOLUÇÃO BACEN Nº 3.921, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p> <p><u>RESOLUÇÃO BACEN Nº 3.920, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Disciplina a consulta a informações relativas a operações realizadas no mercado de câmbio pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p>
Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ)	<u>ATO DECLARATÓRIO CONFAZ Nº 13, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Ratifica os Convênios ICMS 161/10, 162/10, 163/10 e 164/10, de 8 de novembro de 2010.
Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)	<u>PROTOCOLO CONFAZ/ICMS Nº 193, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Altera o Protocolo ICMS 42/09 que estabelece a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, pelo critério de CNAE e operações com os destinatários que especifica.
Ministério da Previdência Social (MPS)	<p><u>PORTARIA MPS Nº 503, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010</u> O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INTERINO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 25 da Portaria nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999, resolve:</p> <p>Art. 1º Estabelecer que, para o mês de novembro de 2010, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R\$ 686,51 (seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos). [...]</p>
Secretaria da Receita Federal (SRF)	<p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 1.092, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 811, de 28 de janeiro de 2008, que institui a Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira (Dimof).</p> <p><u>PORTARIA SRF Nº 2.284, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil quando da constatação de pluralidade de sujeitos passivos de uma mesma obrigação tributária.</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
04/12/10	<p><u>DECRETO Nº 56.477, 03 DE DEZEMBRO DE 2010</u> Cria a Unidade de Apoio à Gestão dos Fundos - UAGF e designa o Agente Operador do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social - FPHIS e do Fundo Garantidor Habitacional - FGH, instituídos pela Lei nº 12.801, de 15 de janeiro de 2008, que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas visando à participação do Estado no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 56.473, 03 DE DEZEMBRO DE 2010</u> Altera o Decreto 56.133, de 25-8-2010, que introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p> <p><u>DECRETO Nº 56.472, 03 DE DEZEMBRO DE 2010</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p>
02/12/10	<p><u>DECRETO Nº 56.465, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010</u> Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 56.463, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010</u> Acrescenta parágrafo único ao artigo 1º do Decreto nº 56.234, de 24 de setembro de 2010, que reabre as inscrições e dispõe sobre o Programa Computador do Professor</p>
01/12/10	<p><u>DECRETO Nº 56.461, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Suspende, no corrente exercício, a aplicação do disposto no artigo 5º do Decreto nº 25.013, de 16 de abril de 1986, para os integrantes das carreiras policiais civis em exercício na Secretaria da Segurança Pública</p> <p><u>DECRETO Nº 56.460, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Aprova o Regimento Interno da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo - EFAP, criada pelo Decreto nº 54.297, de 5 de maio de 2009, e organizada pelo Decreto nº 55.717, de 19 de abril de 2009, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 56.459, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Reduz para 6 (seis) meses o interstício no posto de 2º Tenente Dentista PM do Quadro de Oficiais de Saúde (QOS) da Polícia Militar do Estado de São Paulo</p> <p><u>DECRETO Nº 56.458, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Institui a Medalha "Cinquentenário do Nono Batalhão de Polícia Militar Metropolitana" e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 56.457, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, e dá outras providências</p> <p><u>DECRETO Nº 56.456, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Dispõe sobre a outorga da "Medalha Ruth Cardoso"</p>
30/11/10	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.127, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de São Paulo, prevista no §5º do Artigo 130-A da Constituição da República, e dá providências correlatas</p>

	<p><u>DECRETO Nº 56.449, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Institui o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II, autoriza a celebração de convênios com Municípios do Estado de São Paulo e entidades que especifica e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 56.448, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 54.285, de 29 de abril de 2009 que autoriza as Secretarias Estaduais da Habitação e de Assistência e Desenvolvimento Social, representando o Estado, a celebrar convênios com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e com os Municípios do Estado de São Paulo, visando a implementação do Programa Vila Dignidade</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Casa Civil	<p>UNIDADE DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA APE/SAESP Nº 2, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010</u> Estabelece critérios para a avaliação da massa documental acumulada e procedimentos para a eliminação, transferência e recolhimento de documentos à Unidade do Arquivo Público do Estado</p>
Casa Militar	<p>CASA MILITAR <u>RESOLUÇÃO CMIL-29-610 - CEDEC, DE 26-11-2010</u> Constitui a Comissão Executiva de Apoio Técnico do Plano Preventivo de Defesa Civil específico para Escorregamentos nas Encostas da Serra do Mar</p> <p>CASA MILITAR <u>RESOLUÇÃO CMIL-24-610 - CEDEC, DE 19-11-2010</u> Redefine o Plano de Contingência com vistas às inundações e aos escorregamentos de encostas na Região de Campinas</p> <p>CASA MILITAR <u>RESOLUÇÃO CMIL-23-610 - CEDEC, DE 19-11-2010</u> Reedita o Plano de Contingência com vistas às inundações e aos escorregamentos de encostas na Região do Vale do Paraíba e Serra da Mantiqueira</p> <p>CASA MILITAR <u>RESOLUÇÃO CMIL-22-610 - CEDEC, DE 19-11-2010</u> Redefine o Plano de Contingência com vistas aos escorregamentos de encostas na Região de Sorocaba</p> <p>CASA MILITAR <u>RESOLUÇÃO CMIL-21-610 - CEDEC, DE 19-11-2010</u> Reedita o Plano de Contingência com vistas aos escorregamentos de encostas na Região do ABC</p> <p>CASA MILITAR <u>RESOLUÇÃO CMIL-20-610 - CEDEC, DE 19-11-2010</u> Reedita o Plano de Contingência com vistas às inundações e escorregamentos na Região Metropolitana de São Paulo</p>
Cultura	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SC - 97, DE 19-11-2010</u> Dispõe sobre o tombamento do Conjunto Arquitetônico do Jockey Club de São Paulo, no Município de São Paulo</p>

<p>Desenvolvimento</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>DELIBERAÇÃO CEDES Nº 1/2009 DE 4-12-2009</u> O CEDES – Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de São Paulo, com o objetivo de cumprir o disposto no artigo 5º da Lei Estadual nº 10.016 de 29.06.1998, que institui o Fundo de Aval do Estado de São Paulo (FDA), e considerando o início das atividades da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agencias de Fomento do Estado de São Paulo (NCD – AFESP), Delibera sobre: 1. DIRETRIZES DE APLICAÇÃO DO FDA 1.1 Os recursos do FDA poderão ser utilizados para garantir riscos de crédito em operações de financiamento das linhas da NCD – AFESP, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo e de outras entidades nacionais ou estrangeiras de desenvolvimento [...]</p>
<p>Economia e Planejamento</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA STM/SEP/SH-001, DE 26-11-2010</u> Constitui Grupo de Trabalho Intersecretarial para estudos e proposição de medidas visando a destinação e utilização de imóvel onde se localizavam as Favelas Tiquatira e Kampala e onde será instalada a futura Estação Tiquatira do Metropolitano, e dá outras providências</p>
<p>Educação</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SE 72, DE 3-10-2010</u> Constitui Comissão Especial para analisar denúncias e reclamações relativas ao SARESP, Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – 2010.</p>
<p>Fazenda</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF - 129, DE 03-12-2010</u> Dispõe sobre a aplicação das sanções de advertência e multa previstas na Lei federal 8.666, de 21-06-1993 e na Lei estadual 6.544, de 22-11-1989, no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>PORTARIA CAT 185, DE 03-12-2010</u> Altera a Portaria CAT-118/10, de 30-7-2010, que dispõe sobre a apuração, informações e documentos relativos ao crédito acumulado do ICMS na hipótese que especifica.</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>PORTARIA CAT 183, DE 30-11-2010</u> Dispõe sobre o Formulário de Segurança para Impressão de Documento Auxiliar de Documento Fiscal Eletrônico (FS-DA).</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>COMUNICADO CAT – 36, DE 29/10/2010</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos de outubro de 2010.</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF- 127, DE 01-12-2010</u> Altera a Resolução SF-106/10, de 25-10-2010, que dispõe sobre os procedimentos aplicáveis à fiscalização da Secretaria da Fazenda no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF- 126, DE 01-12-2010</u> Altera a Resolução SF-61/08, de 5 de novembro de 2008, que dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.</p>

	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SF/SMA-02, DE 30-11-2010</u> Altera a Resolução Conjunta SF/SMA-01/09, de 27-11-2009, que divulga a relação de atividades sujeitas à Licença de Instalação da CETESB para fins de inscrição ou alteração no Cadastro de Contribuintes do ICMS.</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>PORTARIA CAT-G 00184/2010, DE 30-11-2010</u> Altera a Portaria CAT-162/08, de 29-12-2008, que dispõe sobre a emissão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE, o credenciamento de contribuintes e dá outras providências.</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>PORTARIA CAT-G 00182/2010, DE 30-11-2010</u> Altera a Portaria CAT-162/08, de 29-12-2008, que dispõe sobre a emissão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE, o credenciamento de contribuintes e dá outras providências.</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF - 125, DE 30-11-2010</u> Dispõe sobre a instituição de Grupo de Trabalho para fins de construção de proposta relativa à gestão do atendimento na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo</p> <p>COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E MODERNIZAÇÃO FAZENDÁRIA <u>EDITAL FAZESP N.º 02, DE 29-11-2010</u> CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2010 PARA TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL - TEFE</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>COMUNICADO CAT - 36, DE 29/10/2010</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de outubro de 2010</p> <p><u>COMUNICADO</u> INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE SÃO PAULO - IPESP CARTEIRAS ADMINISTRADAS PELO IPESP ESTÃO EM SEGURANÇA O Instituto de Pagamentos Especiais do Estado de São Paulo - IPESP informa que, em dissonância ao que está sendo divulgado em alguns meios de comunicação e por membros eleitos do Poder Legislativo, as Carteiras Previdenciárias Autônomas administradas pelo IPESP não correm qualquer risco devido aos problemas de solvência apresentados recentemente pelo Banco Panamericano. Tanto a Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro como a Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo têm seu patrimônio aplicado no mercado financeiro de acordo com políticas de investimento desenvolvidas pelo IPESP, em consonância com os respectivos Conselhos das Carteiras, que prezam primeiramente a segurança das aplicações [...]</p>
<p>Gestão Pública</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO Nº 34, DE 2-12-2010</u> Dispõe sobre a designação de membro do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas da Secretaria de Gestão Pública, designado pela Resolução SGP nº 30, de 29 de outubro de 2010.</p> <p>UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO E MELHORIA DAS ORGANIZAÇÕES <u>PORTARIA UDEMO Nº 2, DE 26-11-2010</u> Altera a redação do inciso I, do artigo 2º da Portaria UDEMO nº 001/2010, de 15-7-2010</p> <p><u>COMUNICADO</u></p>

	<p>SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA Unidade Central de Recursos Humanos A Unidade Central de Recursos Humanos informa aos servidores da Administração Direta e Autárquica, beneficiados pelo programa de Auxílio Alimentação, que:</p> <p>I - A partir do mês de dezembro os seus créditos serão inseridos em um novo cartão; II – Os novos cartões serão entregues aos usuários no transcorrer do mês de novembro; III – O cartão atual não será mais utilizado para novos créditos e serão invalidados; IV – Os saldos de créditos do cartão atual deverão ser utilizados até 31.12.2010, após esta data os créditos não estarão mais disponíveis. V – Para maiores informações acesse o sítio da unidade central de recursos humanos no endereço http://www.recursoshumanos.sp.gov.br, ou entre em contato direto com o seu departamento de recursos humanos.</p>
<p>Justiça e Defesa da Cidadania</p>	<p>FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR <u>PORTARIA NORMATIVA PROCON - Nº 37, DE 29-11-2010</u> Dispõe acerca da dosimetria da multa a ser aplicada quando do descumprimento da conduta prevista no art. 1º. da Lei Federal nº 12.291, de 20 de julho de 2010.</p>
<p>Meio Ambiente (SMA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SMA - 115, DE 30-11-2010</u> Suspende a aplicação do artigo 2º, da Resolução SMA nº 26, de 30 de março de 2010, que dispõe sobre o licenciamento e a autorização de atividades agrícolas, pecuárias e criação de outros animais no Estado de São Paulo, e dá outras providências</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SF/SMA - 2, DE 30-11-2010</u> Altera a Resolução Conjunta SF/SMA-01/09, de 27-11-2009, que divulga a relação de atividades sujeitas à Licença de Instalação da CETESB para fins de inscrição ou alteração no Cadastro de Contribuintes do ICMS</p> <p>COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO <u>DECISÃO DE DIRETORIA Nº 365/2010/L, DE 29-11-2010</u> Dispõe sobre levantamento da situação de armazenamento e acondicionamento de agrotóxicos obsoletos, em especial os considerados POPs, com vistas à elaboração de projeto para sua eliminação no Estado de São Paulo, e a concessão de prazo para que se possa realizar este levantamento. Os declarantes da posse destes resíduos não incorrerão em sanções administrativas</p> <p>COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL <u>PORTARIA CPLA - 2, DE 4-9-2010</u> Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho, para subsidiar tecnicamente a análise e planejamento de políticas públicas afetas aos temas biodiversidade e mudanças climáticas, e dar parecer sobre a capacitação dos seus componentes para cumprir tal função</p> <p>COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL <u>PORTARIA CPLA - 1, DE 2-8-2010</u> Criando Grupo de Trabalho, para acompanhar a elaboração e o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da área de afloramento do Sistema Aquífero Guarani no Estado de São Paulo</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SMA - 112, DE 29-11-2010</u> Dispõe sobre o Órgão Técnico do Sistema de Planejamento e Gestão da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais das Bacias Hidrográficas dos Reservatórios Guarapiranga e Billings, e suas atribuições compartilhadas entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SMA e a Companhia Ambiental do</p>

	Estado de São Paulo - CETESB
Procuradoria Geral do Estado	GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO PGE N.77, DE 3-12-2010</u> Aprova as Rotinas da Consultoria Jurídica
Saneamento e Energia	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS <u>DELIBERAÇÃO CBH-SM 007, DE 1º-12-2010</u> "Aprova a proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbano e industrial dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, no âmbito da Bacia Hidrográfica da Serra da Mantiqueira – UGRHI-01 e dá outras providências"
Saúde	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SS - 238, DE 1-12-2010</u> Dispõe sobre a fixação de preços para os serviços prestados no âmbito do Instituto Pasteur e dá outras providências GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SS - 234, DE 29-11-2010</u> Dispõe sobre o Regimento Interno a que se reporta o Artigo 34, das Disposições Finais, do Decreto nº 55.004, de 09 de novembro de 2009 e dá outras providências
Segurança Pública	DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL <u>PORTARIA DIPOL-9, DE 17/06/2009</u> Acolhe o Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro – LAB-LD, oriundo de Acordo de Cooperação Técnica firmado com a União, na estrutura do Departamento de Inteligência da Polícia Civil do Estado de São Paulo e, da outras providências correlatas CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR Comunicado <u>RESOLUÇÃO SSP-516/00 DE 15DEZ00 E SSP-213/01 DE 05JUN01</u> Mês/ano: out/2010 Pessoas vítimas DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA <u>PORTARIA DGP-56, DE 29-11-2010</u> Estabelece normas gerais para garantia de acessibilidade e de atendimento prioritário e especial, nas unidades da Polícia Civil de São Paulo, às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SSP-190, DE 26-11-2010</u> Prot.GS-13431/10. Acrescenta dispositivos à Resolução SSP-178, de 05.11.10, que autoriza o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) a realizar leilões de veículos retidos, removidos ou apreendidos, por qualquer motivo, nos Municípios da Grande São Paulo, pelas Delegacias de Polícia territoriais e especializadas subordinadas à Polícia Civil do Estado de São Paulo
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
04/12/10	PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO RETIFICAÇÃO <u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 5, DE 2010</u> À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

<p>03/12/10</p>	<p>PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO <u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 6, DE 2010, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> Altera a Constituição Estadual incluindo a vedação para nomeação em cargos públicos de pessoas inelegíveis nos termos da Lei Ficha Limpa e de acordo com a legislação federal.</p> <p>PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO <u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 5, DE 2010, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> Altera a Constituição do Estado de São Paulo vedando a nomeação ou a designação para os cargos que menciona daqueles considerados inelegíveis nos termos da Legislação Federal.</p> <p><u>EDITAL DE CONVOCAÇÃO</u> O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento no artigo 10 e parágrafo único da Lei Complementar nº709, de 14 de janeiro de 1993, e nos artigos 14 e 63, § 2º, item 2, do Regimento Interno, CONVOCA os Senhores Conselheiros para a Sessão Especial a realizar-se no "Auditório Conselheiro José Luiz de Anhaia Mello", no dia 15 de dezembro, às 11h00, a fim de se proceder à eleição do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor para o exercício de 2011. Publique-se. São Paulo, 02 de dezembro de 2010. FULVIO JULIÃO BIAZZI, Presidente</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>30/11/10</p>	<p><u>DECRETO Nº 51.953, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Confere nova regulamentação à Lei nº 14.072, de 18 de outubro de 2005, que autoriza a Companhia de Engenharia de Tráfego - CET a cobrar pelos custos operacionais de serviços prestados em eventos, relativos à operação do sistema viário; revoga os Decretos nº 46.942, de 30 de janeiro de 2006, nº 47.541, de 3 de agosto de 2006, e nº 48.115, de 1º de fevereiro de 2007.</p> <p><u>DECRETO Nº 51.951, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Altera o artigo 12 do Decreto nº 51.415, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre a cisão da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br
Casa Civil do Estado de São Paulo
Centro de Documentação e Arquivo - CDA
(11) 2193-8107 e 8144
ccivil@sp.gov.br
Izabel C. Filgueiras de Almeida - icalmeida@sp.gov.br
Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br
Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107.